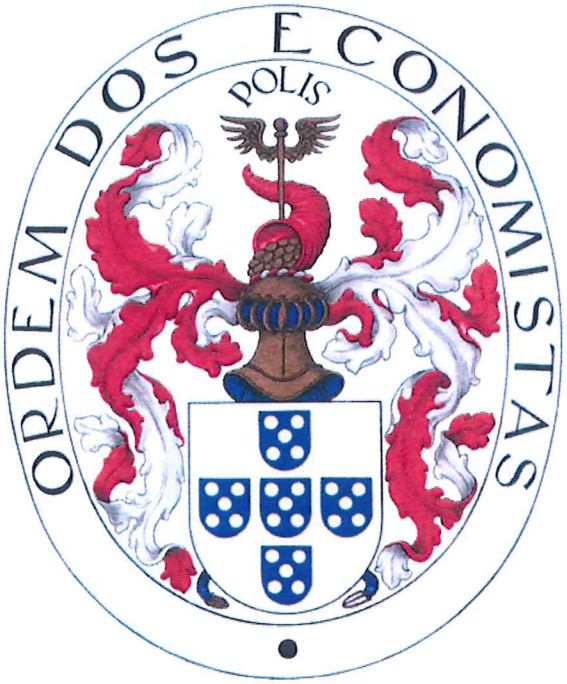
ORDEM DOS ECONOMISTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2016

LISBOA , MARÇO DE 2017

Índice

Mensagem do Bastonário 3

I – Enquadramento Macroeconómico 5

II – Actividades Desenvolvidas 7

III – Caracterização da Ordem 14

IV – Análise da Situação Económica e Financeira 16

V – Resultado do Exercício 18

Demonstrações Financeiras 19

Anexo às Demonstrações Financeiras 23

Mensagem do Bastonário

O exercício de 2016 foi para a Ordem dos Economistas marcado pelo esforço e trabalho a que a Direcção e restantes órgãos sociais se devotaram no intuito de implementar as determinações a que o novo estatuto nos obriga. Foi necessário realizar reuniões com todos os órgãos sociais, rever regulamentos de cada um deles, pôr a funcionar os vários Colégios da Especialidade, enfim aplicar o novo estatuto como estava previsto e dentro dos prazos estabelecidos.

Desde que a actual Direcção está eleita que não parámos na modernização dos serviços da Ordem, no processo de digitalização, na preparação para a utilização da teleconferência nas reuniões dos vários órgãos desta associação profissional. E, assim, continuámos no ano findo.

Foi também feito um esforço suplementar pelos serviços na cobrança de quotas dos membros, em atraso, tendo sido recuperado um montante considerável relativamente ao total em dívida. Esse esforço vai manter-se e de forma permanente no exercício de 2017.

A questão das instalações da Sede também ocupou parte importante do trabalho desta Direcção. A Ordem, com o apoio jurídico externo, tem acompanhado esta questão, mantendo contactos regulares com a Coroa Britânica através da Embaixada do Reino Unido em Lisboa, com a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Lisboa, com a Junta de Freguesia de Campo de Ourique e com o promitente comprador. Porém, o ano de 2016 passou sem nenhuma evolução que tenha posto em risco a permanência da Ordem nas presentes instalações.

Quanto às várias iniciativas e actividades, continuámos a desenvolver intenso trabalho, como adiante neste Relatório apresentamos, sempre procurando cobrir os temas que mais podem interessar aos nossos membros e mantendo todas as parcerias que temos com várias entidades para a concretização dessas iniciativas e actividades.

Em termos financeiros, as contas da Ordem relativas ao ano transacto espelham como sempre aconteceu a realidade da situação e demonstram a forma esforçada, escrupulosa e profissional como é dirigida.

2017 será um ano caracterizado pelo finalizar dos derradeiros aspectos do estatuto que ainda faltam aplicar, pela realização do 7º Congresso Nacional de Economistas, a ter lugar em Outubro, pela instalação da última delegação regional da Ordem, a respeitante ao Centro e Alentejo e pela eleição dos órgãos sociais para o quadriénio 2018-2021, a

realizar-se em Dezembro. Contamos com os membros e com o seu activo apoio para que a Ordem se fortaleça, cresça e continue a dignificar a profissão de Economista.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2017

Rui Leão Martinho

Bastonário

I – Enquadramento Macroeconómico

De acordo com o Banco Mundial, a estagnação do comércio global, o fraco investimento e a incerteza política em 2016 terão sido determinantes no desfecho de mais um ano difícil para a economia mundial.

Considerando as estimativas intercalares de Janeiro divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial terá crescido em torno de 3,1%, valor semelhante ao do período homólogo do ano anterior.

A economia dos Estados Unidos da América fechou 2016 com um crescimento de 1,6%. Este valor é o mais fraco desde 2011, sendo consequência de uma forte queda nas exportações motivada pelo aumento do valor do dólar. Contudo, é de sublinhar o aumento da taxa de juro de referência pela Reserva Federal, dada a melhoria da economia americana nos últimos anos.

O ano de 2016 ficou também marcado pela eleição de Donald J. Trump, como Chefe do Estado, o qual promete forte investimento em infra-estruturas, redução de impostos, diminuição de regulamentações e implementação de medidas de caracter proteccionista, assim criando incerteza e imprevisibilidade em termos mundiais.

A China, considerada um dos principais motores da economia mundial e o principal mercado emergente, registou este ano mais um abrandamento do seu crescimento económico, embora crescendo 6,7%, crescimento semelhante ao registado pela Índia.

Neste ano, assistiu-se a uma melhoria gradual da economia da Zona Euro, com um crescimento de 1,8%, embora tenha aumentado o risco geopolítico na Europa, motivado especialmente pelo resultado do referendo britânico no Reino Unido.

O Banco Central Europeu (BCE) parece ter abrandado o seu ritmo de compra de activos através do programa de estímulos "Quantitative Easing", verificando-se também um modesto aumento da inflação na maioria dos países do euro.

Relativamente à economia portuguesa, importa salientar a redução do défice para um valor de cerca de 2,3%, o valor mais baixo dos últimos quarenta anos e que deixa assim o país fora do procedimento por défices excessivos, de acordo com os critérios da União Europeia. O crescimento económico registado em Portugal foi estimado em 1,4%, valor ligeiramente inferior ao registado no ano anterior, e fortemente apoiado por um aumento do consumo privado e das exportações que cresceram até ao terceiro trimestre de 2016, 1,9% e 5,4%, respectivamente. A dívida pública mantém-se a um nível muito elevado cerca de, 130,7% do PIB nacional.

Conforme consta no boletim estatístico divulgado pelo Banco de Portugal, a dívida consolidada das Administrações Públicas (óptica de Maastricht) alcançou no final de Novembro o montante de 241.800 milhões de euros, incorporando um aumento de 10.216 milhões de euros face ao final de 2015. Situando-se, assim, o rácio da dívida pública em cerca de 130,7% do PIB, um agravamento face ao valor de 129%, registado no ano anterior. Igualmente a dívida privada continua a apresentar valores muito elevados.

De acordo com os dados publicados pelo INE, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu, em termos homólogos, 13,1%. A taxa de desemprego recuou, assim, para 10,5%.

O Índice de confiança dos consumidores melhorou, em termos médios, no último trimestre do ano, enquanto os indicadores qualitativos dos empresários apresentaram um desenvolvimento misto.

Nota: Na data em que este relatório é apresentado não se dispõe ainda de dados mais actualizados no domínio macroeconómico.

II – Actividades Desenvolvidas

No âmbito das respectivas linhas programáticas, a Direcção levou a efeito, neste segundo ano do seu mandato, um conjunto de iniciativas e de realizações, das quais destacamos:

1. Reforço da prestação de serviços aos Associados e incremento dos benefícios e parcerias

Procedeu-se à actualização do "Guia dos Protocolos", disponível no portal da Ordem, abrangendo diversos bens e serviços, o qual atinge agora os 519 acordos com empresas dos mais variados sectores.

2. Bolsa de Emprego, Primeiro Emprego e Estágios

Dedicou-se especial atenção ao desenvolvimento da Bolsa de Emprego, mantendo-se os acordos com as empresas Hays e Michael Page, através dos quais é possível a divulgação, no portal da Ordem, de anúncios de oferta de emprego.

3. Aproximação às Universidades e fortalecimento do relacionamento com as Associações Estudantis

No decurso de 2016 foram estabelecidos acordos com várias Universidades, visando a obtenção de melhores condições para os Membros na frequência de acções de formação, fomentando-se, deste modo, a formação ao longo da vida.

4. Aprofundamento e cooperação com outras Instituições e Entidades nacionais e internacionais

4.1 A Associação Missão Crescimento, de que são membros fundadores o Fórum de Administradores de Empresas, a Ordem dos Economistas, a Ordem dos Engenheiros, e o Projecto Farol, e que tem como objectivo dinamizar o debate e promover iniciativas que visem a identificação de acções e medidas para o crescimento da economia portuguesa, concretizou em 2016 o seu programa de acção, do qual se salienta a publicação trimestral de um Boletim temático, uma newsletter mensal, a realização de workshops e a divulgação pública das medidas que a Associação considera cruciais para

o incremento do crescimento económico, através da realização de Summits em Lisboa e Porto, e de reuniões com os vários partidos políticos.
Foi ainda publicada, e distribuída gratuitamente aos membros interessados, uma brochura com todo o trabalho desenvolvido pela Missão Crescimento.

4.2 Manteve-se o relacionamento com o Colégio dos Economistas de Espanha, com vista à promoção do debate e realização de iniciativas conjuntas relacionadas com a situação económica e social em Portugal e em Espanha, que culminou com a realização do IV Seminário Ibérico de Economistas, que decorreu na nossa Sede, em 27 de Setembro.

4.3 A Ordem manteve a participação regular nas reuniões do CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais, cuja participação activa esteve na base de muitas das suas iniciativas.
O CNOP teve a oportunidade ao longo do último ano de reunir com o Presidente da República e com os líderes partidários para apresentação dos seus problemas de sugestões para a sua resolução.
O CNOP manteve, através dos seus dois representantes, o Presidente e o Bastonário da Ordem dos Economistas, a sua participação no CES (Conselho Económico e Social).

5. Acções de formação em e-Learning

Manteve-se a parceria entre a Ordem e a UnyLeya, para a realização de acções de formação em e-Learning, tendo-se registado a inscrição de 75 membros da Ordem nos vários cursos ministrados.

6. Prémio "António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento em Economia e Gestão"

Pelo terceiro ano consecutivo, e com o patrocínio conjunto da PriceWaterhouseCoopers, a da Ordem dos Economistas, atribuiu-se o "Prémio António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento em Economia e Gestão".
O Júri constituído pelo Bastonário e pelo vogal da Direcção António Mendonça, e ainda por António Afonso do ISEG, José Rocha Armada da Universidade do Minho e José Bernardo e Luís Boquinhas da PwC, premiou ex-aequo as teses:

"Young People and Labour Market Segmentation in Europe: an Institutionalist Perspective" da autoria de Paulo Miguel dos Santos Marques (ISCTE/IUL) e "Price and Wage Rigidities: Microeconomic Evidence", da autoria de Fernando Manuel Monteiro Martins (ISEG).

A entrega do Prémio ocorreu no dia 27 de Outubro, no âmbito da 12ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas.

7. Prossecução do processo de Regionalização da Ordem

Foi mantido o apoio às iniciativas das Delegações Regionais, nomeadamente através da participação do Bastonário em várias iniciativas locais.

8. Modernização dos Serviços da Ordem

Foram implementadas novas funcionalidades informáticas, decorrentes da entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Economistas, a par da prossecução dos trabalhos conducentes a uma maior eficiência dos Serviços.
Ainda em 2016 foi lançado o projecto para a realização de reuniões online, cuja implementação está prevista ocorrer no primeiro trimestre de 2017.

9. Publicações

Manteve-se o acordo com a Polimeios, empresa editora das publicações "Cadernos de Economia" e "O Economista-Anuário da Economia Portuguesa", para a sua disponibilização online, no portal da Ordem, gratuitamente e em exclusivo para os Membros, além das mesmas publicações poderem ser disponibilizadas em papel.

10. Participação em debates televisivos e programas de divulgação económica

Manteve-se a colaboração regular da Ordem com o canal de televisão ETV, até final da sua existência, através da participação semanal do Bastonário em diversos programas, bem como de vários Membros da Ordem e outros convidados.
De registar, ainda, a intervenção do Bastonário em diversos meios da comunicação social, sempre que considerada justificada a sua intervenção.

11. Eventos

11ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas

Em 2 de Março, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, realizou-se a 11ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas, que como habitualmente teve como objecto do debate o Orçamento do Estado para 2016.

Na sessão de abertura intervieram o Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, o Bastonário e o Ministro das Finanças Mário Centeno.
O programa da Conferência assentou em dois paneis temáticos:

- 1º Painel: "O Orçamento do Estado para 2016", que contou com a participação do Secretário de Estado do Orçamento, João Leão, sendo comentadores Teodora Cardoso e Daniel Bessa e moderador Rui Peres Jorge.

- 2º Painel: "Os Impostos e a Política Fiscal no Orçamento do Estado para 2016", que contou com a participação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Fernando Rocha Andrade, e ainda Jaime Esteves, Rogério Fernandes Ferreira e Tiago Caiado Guerreiro como comentadores e Luis Pires moderador.

12ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas

Realizou-se a 27 de Outubro na Fundação Calouste Gulbenkian, a 12ª conferência Anual dos Economistas subordinada ao tema "O Orçamento do Estado para 2017".
A sessão de abertura contou com a presença do Ministro das Finanças, Mário Centeno, do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Artur Santos Silva e do Bastonário.
O programa da Conferência desenvolveu-se em quatro painéis temáticos:

1º Painel: "O Orçamento do Estado para 2017", contou com a participação do Secretário de Estado do Orçamento, João Leão, como orador e de Teodora Cardoso, Ricardo Arroja e Vítor Escária como comentadores e Rui Peres Jorge como moderador.

2ª Painel: "Os Impostos e a Política Fiscal no Orçamento do Estado para 2017", no qual participaram Samuel Almeida, António Carlos Santos e Joaquim Sarmento e Elisabete Miranda como moderadora.

3º Painel: "Missão Crescimento/ Budget Watch", contou com as intervenções de Adolfo Mesquita Nunes, Daniel Bessa e Miguel Morgado e de Jorge Marrão como moderador.

4º Painel: " Projecto Indústria 2030", no qual participaram Jorge Portugal, Manuel Laranja e José António Barros e Rui Leão Martinho como moderador.

O encerramento da Conferência contou com a intervenção do Ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral.

Conferências Saúde e Segurança Social: Para onde vamos?

Em parceria com a Cidadania Social, e na sequência das Conferências sobre o Orçamento do Estado, realizaram-se em 3 de Março e 28 de Outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian, duas conferência subordinadas ao tema acima mencionado, na qual participaram o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, o Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, a Secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, e ainda José Mendes Ribeiro, Luís Conraria, Pedro Rodrigues, Jorge Bravo, Vítor Costa, Óscar Gaspar e Margarida Correia de Aguiar, para além do Bastonário.

IV Seminário Ibérico de Economistas

Em parceria com o Consejo General de Economistas de España realizou-se na Sede da Ordem, em Lisboa, o 4º Encontro Ibérico de Economistas, no qual foram debatidos os seguintes temas:

- "Portugal e Espanha na Encruzilhada Política" – oradores José Maria Casado e Luís Mira Amaral e moderador Pedro Carvalho
- " As Relações Transfronteiriças entre os dois Países" – oradores Ramón Tamames e Francisco Contreras e moderador Pedro Carvalho.
- " Espanha e Portugal na União Europeia" – Juan Ramón Cuadrado Roura e António Mendonça como oradores e António Costa moderador.

A sessão de encerramento contou com as intervenções de Cecilio Oviedo, Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada de Espanha, Valentín Pich Rosell, Presidente do

Colégio de Economistas de Espanha e de Rui Leão Matinho, Bastonário da Ordem dos Economistas.

Fim de Tarde na Ordem

Foram realizados ao longo do ano os "Fim de Tarde na Ordem" a seguir indicados:
- Os Desafios da Inovação Inteligente – Jaime Quesado;
- Casos de Sucesso do Turismo Português – Ana Mendes Godinho e Bernardo Trindade;
- ESBies: European Safe Bonds – Ricardo Reis;
- Economia, Saúde e Inovação: Impacto Económico do Controlo da Infecção Hospitalar Alberto Inez e Francisco George;
- Como Gerar Rendimento e Constituir um Património Financeiro num Ambiente de Taxas Baixas – Diogo Santos Teixeira;

Jornadas da Fiscalidade

Em parceria com a PwC, e pelo segundo ano consecutivo, foram levadas a efeito as Jornadas da Fiscalidade simultaneamente no Porto (Business School) e em Lisboa (Nova School of Business and Economics).

Ciclo "A Economia e o Futuro"

Este ciclo realizado em parceria com a Faculdade de Economia do Porto /CEF.UP, teve em 2016 duas sessões nas quais foi apresentado e debatido o tema "A Economia e o Futuro – Capital Humano, Distribuição do Rendimento e da Riqueza".

Seminário para Jornalistas

A Europaishe Akademie Berlin, com o apoio da Embaixada da Alemanha e da Ordem dos Economistas, realizou em Lisboa o 2º Seminário para Jornalistas. Trata-se de uma parceria da Embaixada daquele País com o apoio da Ordem, no sentido de dar aos jornalistas portugueses maior informação sobre a Europa e o papel da Alemanha na construção do projecto europeu.

12. Contactos com outras Instituições

Foram desenvolvidos ao longo do ano contactos com diversas instituições e empresas, com o objectivo de realização de actividades conjuntas, das quais realçamos o Banco de Portugal, a Caixa Geral de Depósitos, a PwC, o IPCG, a APAF e a Revista de Economia e Segurança Social.

III – Caracterização da Ordem

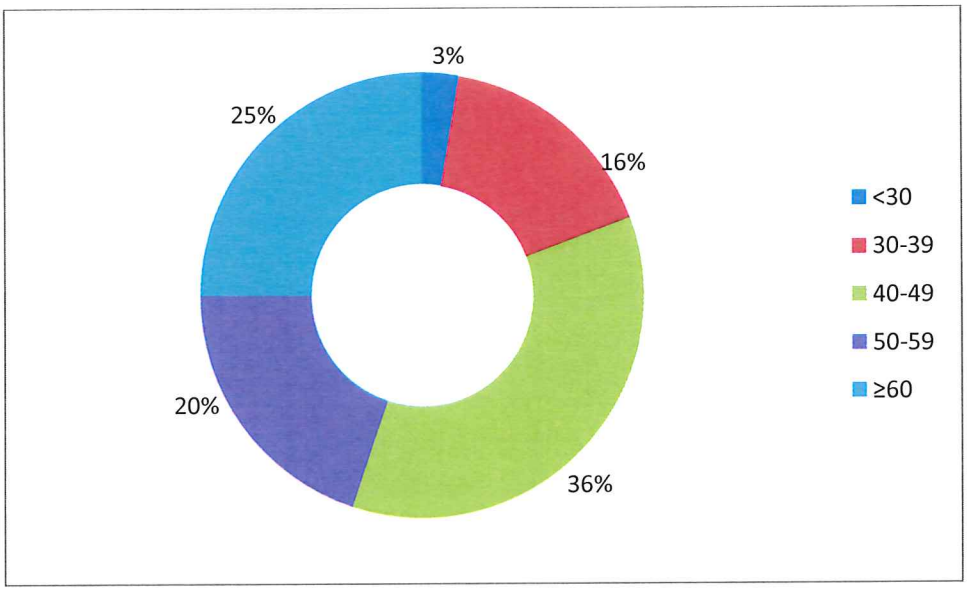
1. Membros

O número de Economistas inscritos na Ordem em 31 de Dezembro de 2016 era de 11.342, distribuídos pelos seguintes Colégios da Especialidade:

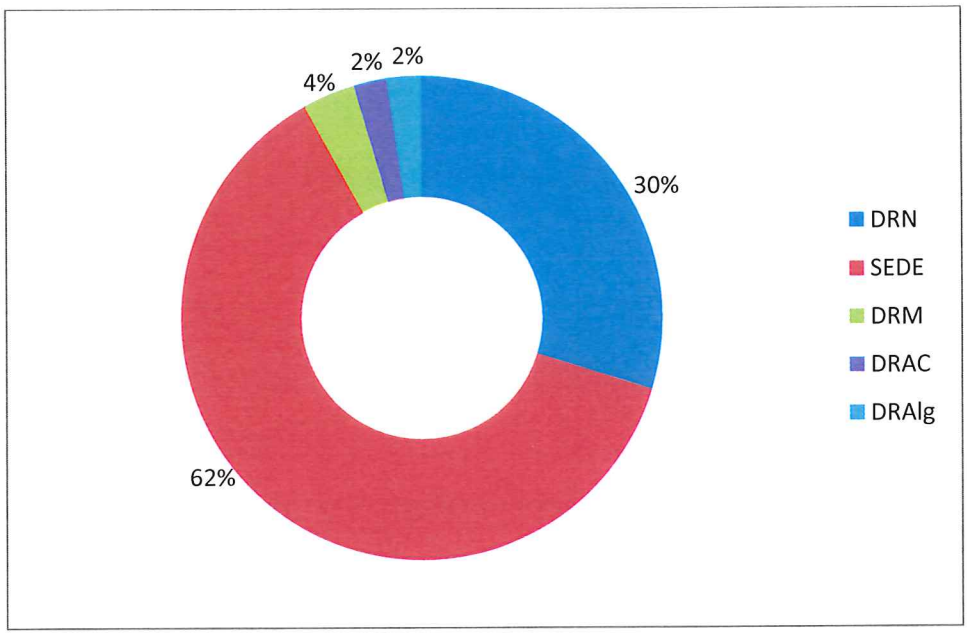
Colégio de Especialidade		Efectivos	Estagiários	Suspensos	Total
Economia Política	Economia Politica	3.223	144	21	3.388
	Análise Financeira	17			17
	Auditoria	15			15
	Análise Financeira/Auditoria	2			2
Economia e Gestão Empresariais	Economia e Gestão Empresariais	7.416	340	64	7.820
	Análise Financeira	45			45
	Auditoria	46			46
	Análise Financeira/Auditoria	9			9
Total		10.773	484	85	11.342

Da análise da distribuição dos Membros por faixa etária, conclui-se que a faixa dos 40 aos 49 anos, representa 36% do total, sendo assim a mais representativa.

Distribuição dos membros por Faixa Etária



No que se refere à distribuição dos Membros por Delegação Regional, salienta-se o peso da Sede com 62% e da Delegação Regional do Norte com 30% do total.



IV – Análise da Situação Económica e Financeira

1. Situação Económica

A evolução da situação económica da Ordem encontra-se reflectida no quadro seguinte:

(em euros)

	2016 (a)	2015 (b	Variação (a)-(b)	%
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	405.289,85	467.432,51	-62.142,66	-13,29
GASTOS COM O PESSOAL	396.071,80	390.451,53	5.620,27	1,44
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	24.072,61	31.814,71	-7.742,10	-24,33
PERDAS POR IMPARIDADE	163.796,20	149.864,20	13.932,00	9,30
OUTROS GASTOS E PERDAS	24.784,92	31.206,79	-6.421,87	-20,58
TOTAL DE GASTOS	**1.014.015,38**	**1.070.769,74**	**-56.754,36**	**-5,30**
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	877.111,34	888.240,00	-11.128,66	-1,25
Jóias	3.325,00	3.525,00	-200,00	-5,67
Inscrições em Eventos	7.935,78	13.455,00	-5.519,22	-41,02
Outros Proveitos	19.699,77	28.801,05	-9.101,28	-31,60
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	80.582,28	91.959,15	-11.376,87	-12,37
REVERSÕES	53.732,68	15.919,89	37.812,79	237,52
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.601,54	17.596,25	-13.994,71	-79,53
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	9.987,85	34.398,55	-24.410,70	-70,96
TOTAL DE RENDIMENTOS	**1.055.976,24**	**1.093.894,89**	**-37.918,65**	**-3,47**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**41.960,86**	**23.125,15**	**18.835,71**	**81,45**

2. Execução Orçamental

Na demonstração dos resultados abaixo é apresentada a comparação entre o Orçamento e o Real, em 2016:

(em euros)

	2016			
	Orçamento (a)	Real (b)	Variação (b)-(a)	%
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	392.000,00	405.289,85	13.289,85	3,28
GASTOS COM O PESSOAL	402.330,00	396.071,80	-6.258,20	-1,58
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	33.100,00	24.072,61	-9.027,39	-37,50
PERDAS POR IMPARIDADE	165.000,00	163.796,20	-1.203,80	-0,73
OUTROS GASTOS E PERDAS	28.500,00	24.784,92	-3.715,08	-14,99
TOTAL DE GASTOS	**1.020.930,00**	**1.014.015,38**	**-6.914,62**	**-0,68**
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	886.960,00	877.111,34	-9.848,66	-1,12
Jóias		3.325,00	3.325,00	100,00
Inscrições em Eventos	4.015,00	7.935,78	3.920,78	49,41
Outros Proveitos	24.000,00	19.699,77	-4.300,23	-21,83
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	92.250,00	80.582,28	-11.667,72	-14,48
REVERSÕES	10.000,00	53.732,68	43.732,68	81,39
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.700,00	3.601,54	901,54	25,03
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	12.350,00	9.987,85	-2.362,15	-23,65
TOTAL DE RENDIMENTOS	**1.032.275,00**	**1.055.976,24**	**23.701,24**	**2,24**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**11.345,00**	**41.960,86**	**30.615,86**	**72,96**

3. Situação Financeira e de Tesouraria

A Ordem continua a apresentar uma boa situação financeira, atingindo o Fundo Patrimonial o montante de 2.991.166,23 euros, conforme Balanço em 31 de Dezembro de 2016.

A Tesouraria continuou a registar uma evolução positiva.

4. Investimento

O valor dos investimentos em 2016 foi de 8.396,99 euros, referente à aquisição de equipamento informático e melhoramento do software da gestão de associados.

V – Resultado do Exercício

Em 2016 foi apurado um resultado positivo de 41.960,86 euros (quarenta e um mil novecentos e sessenta euros e oitenta e seis cêntimos).

Para este resultado contribuiu o esforço de cobrança das quotas em atraso, que originou neste exercício uma reversão das imparidades no valor de 53.732,68 euros (cinquenta e três mil setecentos e trinta e dois euros e sessenta e oito cêntimos).

Tal como em anos anteriores, propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para o Fundo Patrimonial.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2017

A Direcção

Demonstrações Financeiras

Balanço

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	81.731,46	93.722,29
Activos intangíveis	6	7.468,19	11.152,98
		89.199,65	**104.875,27**
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	11		4.451,15
Associados	7	190.602,02	181.340,77
Outras contas a receber	8	13.394,80	28.480,41
Diferimentos	9	21.412,58	20.506,75
Caixa e depósitos bancários	4	2.803.360,32	2.720.948,35
		3.028.769,72	**2.955.727,43**
Total do activo		**3.117.969,37**	**3.060.602,70**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	2.949.205,37	2.926.080,22
Resultado líquido do período		41.960,86	23.125,15
Total do fundo de capital		**2.991.166,23**	**2.949.205,37**
Passivo			
Passivo não corrente		**0,00**	**0,00**
		0,00	**0,00**
Passivo corrente			
Fornecedores	12	30.148,33	33.667,21
Estado e outros entes públicos	11	23.048,13	13.951,80
Diferimentos			909,11
Outras contas a pagar	13	73.606,68	62.869,21
		126.803,14	**111.397,33**
Total do passivo		**126.803,14**	**111.397,33**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**3.117.969,37**	**3.060.602,70**

Direcção

Contabilista Certificado

Demonstração de Resultados por Natureza

(em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	14	908.071,89	934.021,05
Subsídios, doações e legados à exploração	15	80.582,28	91.959,15
Fornecimentos e serviços externos	16	(405.289,85)	(467.432,51)
Gastos com o pessoal	17	(396.071,80)	(390.451,53)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7; 18	(110.063,52)	(133.944,31)
Outros rendimentos e ganhos	19	13.589,39	51.994,80
Outros gastos e perdas	20	(24.784,92)	(31.206,79)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		**66.033,47**	**54.939,86**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6; 21	(24.072,61)	(31.814,71)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**41.960,86**	**23.125,15**
Resultado antes de impostos		**41.960,86**	**23.125,15**
Resultado líquido do período		**41.960,86**	**23.125,15**

Direcção

Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de associados		830.972,97	894.304,48
Pagamentos a fornecedores		(396.095,59)	(464.571,99)
Pagamentos ao pessoal		(392.899,28)	(390.429,06)
Caixa gerada pelas operações		**41.978,10**	**39.303,43**
Outros recebimentos/pagamentos		38.843,01	(64.428,67)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**80.821,11**	**(25.125,24)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(524,99)	(14.376,78)
Ativos intangíveis	6	(7.872,00)	
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	20	9.987,85	34.398,55
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**1.590,86**	**20.021,77**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			(327,38)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**0,00**	**(327,38)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**82.411,97**	**(5.430,85)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.720.948,35	2.726.379,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.803.360,32	2.720.948,35

Direcção

Contabilista Certificado

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2016

(em euros)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	**6**	10	**2.926.080,22**	**23.125,15**	**2.949.205,37**	**2.949.205,37**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		10		-23.125,15	-23.125,15	-23.125,15
	7			**-23.125,15**	**-23.125,15**	**-23.125,15**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**8**	10		**41.960,86**	**41.960,86**	**41.960,86**
RESULTADO EXTENSIVO	**9=7+8**			**18.835,71**	**18.835,71**	**18.835,71**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		10	23.125,15	0,00	23.125,15	23.125,15
	10		**23.125,15**	**0,00**	**23.125,15**	**23.125,15**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	**6+7+8+10**	10	**2.949.205,37**	**41.960,86**	**2.991.166,23**	**2.991.166,23**

(em euros)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	**6**	10	**2.892.263,38**	**33.816,84**	**2.926.080,22**	**2.926.080,22**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		10		-33.816,84	-33.816,84	-33.816,84
	7			**-33.816,84**	**-33.816,84**	**-33.816,84**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**8**	10		**23.125,15**	**23.125,15**	**23.125,15**
RESULTADO EXTENSIVO	**9=7+8**			**-10.691,69**	**-10.691,69**	**-10.691,69**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		10	33.816,84	0,00	33.816,84	33.816,84
	10		**33.816,84**	**0,00**	**33.816,84**	**33.816,84**
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	**6+7+8+10**	10	**2.926.080,22**	**23.125,15**	**2.949.205,37**	**2.949.205,37**

Direcção

Contabilista Certificado

Anexo às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Ordem dos Economistas, sedeada na Rua da Estrela, n.º 8, 100-669 Lisboa, é uma associação profissional de direito público, constituída pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de Junho, visando a valorização profissional dos Economistas, sendo assim a entidade que disciplina, salvaguarda os valores e cria as condições de enquadramento e valorização técnico-profissional destes profissionais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente, foram utilizadas normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento CE N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho ; e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as características qualitativas da:

- Comparabilidade:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

- Fiabilidade:

A informação encontra-se isenta de erros materiais e de preconceitos, representando fidedignamente o resultado das operações da Entidade.

- Compreensibilidade e Relevância:

As demonstrações financeiras são compreensíveis, encontrando-se incluída toda a informação considerada relevante para a tomada de decisão dos seus utilizadores.

- Compensação:

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Materialidade e agregação:

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogados e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas disposições do SNC.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

- Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Economistas encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, de acordo com o despacho do Ministério das Finanças, de 30 de Março de 1990.

- Outros valores a receber

As contas de "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por

imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflictam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços (jóias, quotas, inscrições em eventos e outros) apenas é reconhecido quando: i) são emitidas para cobrança (periodicidade anual ou semestral), ii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Entidade e (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pela Direcção foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.